

FORMAÇÃO DE ESFERAS PÚBLICAS EM HABERMAS A PARTIR DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DE FAIRCLOUGH: UM ESTUDO EM CAMBUQUIRA - MINAS GERAIS

RESUMO: O presente trabalho objetiva identificar as esferas públicas que se formaram em torno da água mineral, em Cambuquira, no período de 1986 a 2017, por meio da intersubjetividade entre atores sociais que representam os interesses e ações gerenciais do Estado, sociedade civil e mercado. Como embasamento teórico são discutidos os conceitos de esfera pública e esferas públicas em Habermas apresentando os momentos da categoria esfera pública, bem como apreciações críticas e reconstrutivas da esfera pública em seus momentos – além dos avanços recentes das discussões sobre o tema. A partir daí, é feita discussão dos resultados encontrados a partir da discussão teórica sobre formação de esfera pública na perspectiva teórico-metodológica da ADC e do trabalho de Teixeira Cruz (2017). Assim como na ação comunicativa proposta por Habermas, os discursos na formação da esfera pública são legítimos e correspondem a uma verdade que pode ser modificada. Os discursos da sociedade civil de Cambuquira foram construídos a partir da formação do município, produzidos ao longo do seu desenvolvimento e reproduzidos ao longo do período de análise. Assim como o ciclo da água e os discursos sobre determinado tema (na perspectiva da ADC), o ciclo da formação das esferas públicas também permanece dinâmico.

Palavras-chave: Cambuquira; Água mineral, Esferas Públicas; ADC.

CONTEXTUALIZAÇÃO E COMENTÁRIOS INICIAIS

Cambuquira é um município brasileiro localizado na região sul do estado de Minas Gerais e a sua escolha como *locus* de pesquisa deve-se ao fato de estar inserido em uma das mais importantes estâncias hidrominerais do Brasil, apresentando uma configuração institucional específica em torno do uso da água mineral com a presença de organizações públicas estatais e não estatais, ações históricas do Ministério Público, organizações não governamentais, associações comunitárias, organizações privadas, entre outras. O município é considerado turístico e faz parte do Circuito Turístico das Águas de Minas Gerais. As principais atrações do município são: o Parque das Águas, com cinco fontes de água mineral (ferruginosa, magnesiânica, sulfurosa, alcalina-gasosa e com lítio); as fontes do Marimbeiro e do Laranjal (nas cercanias da cidade) e o Pico do Piripau. Apesar de ter sido ponto turístico amplamente conhecido o município passa atualmente por um longo período de baixa no turismo, marcado pelo discurso de “decadência do turismo” que se ouve e se observa na cidade.

Guimarães (2009) argumenta que, historicamente, o povoamento de Cambuquira se iniciou com a descoberta das fontes de água mineral e, quando se tornou distrito em 1872, ganhou o nome de ‘Águas Virtuosas de Cambuquira’. O município de Cambuquira teve seu desenvolvimento a partir das fontes de água mineral, do turismo e da crenoterapia, que consiste no tratamento de saúde a partir da utilização da água mineral como fonte medicamentosa. Outro momento que merece destaque é que em 11 de março de 2014, o município de Cambuquira recebeu o certificado de Comunidade Azul pelo grupo canadense *Blue Community Bayfield* que reconhece a água como um direito humano. O certificado de Comunidade Azul é concedido as cidades ao redor do mundo que demonstram respeito pela água como direito humano e Cambuquira é a primeira comunidade da América do Sul a receber o certificado.

Segundo Sales (2017), o selo faz parte de medidas articuladas pela ONG Nova Cambuquira para legitimar o entendimento da água como bem comum e de livre acesso. Para a autora, a ONG Nova Cambuquira justifica a proteção da água mineral por ela ser um bem comum. Sales (2017) também destacou que, acerca dos vários conflitos envolvendo a água mineral no município, a questão central é sobre sua exploração por grandes empresas versus

outras formas de gestão dessas águas que envolve, por exemplo, o turismo ecológico, a crenoterapia, a preservação da água como patrimônio natural e cultural, dentre outras.

As fontes das águas minerais de Araxá, Lambari, Caxambu e Cambuquira foram exploradas pela Empresa Superágua S/A até 2005, quando o contrato de arrendamento com a Codemig foi encerrado. Com o retorno da atividade para a Codemig, foi criada por ela a Codeáguas. Atualmente, a empresa que faz o envazamento da água mineral da fonte Roxo Rodrigues é a Codeáguas, que se incorporou a Águas Minerais de Minas (AMM), antiga subsidiária da Copasa. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2015; SOUZA, 2017). Em 2006, a Codemig abriu um edital de licitação para novo arrendamento dos direitos hidrominerais, mas o edital foi questionado pelo Ministério Público e por organizações não governamentais dos municípios onde as fontes estão localizadas e acabou alterado. Com as mudanças, que previam uma exploração em menor escala, nenhuma empresa se habilitou e os parques minerais acabaram sendo entregues à Copasa. Anteriormente, em 2001, outro edital já tinha sido barrado em circunstâncias próximas com atuação da sociedade civil organizada, ativistas e do Ministério Público, quando em 28 de dezembro de 2001, o Governador Itamar Franco anulou a licitação (GUIMARÃES, 2009). Como o edital de 2005 não terminou com a contratação de uma empresa, em 2007 a exploração das águas passou para a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) por meio da subsidiária Copasa – Águas Minerais de Minas (GUIMARÃES, 2009). A Codemig é detentora da concessão das fontes das quatro estâncias hidrominerais: Araxá, Lambari, Caxambu e Cambuquira. Em 2007, as concessões foram repassadas para a Copasa, que criou uma subsidiária, a “Águas Minerais de Minas”, para explorar essas águas minerais. Devido a isso, em janeiro de 2007 foi “Publicada no Diário Oficial Lei autorizativa de criação da Copasa – Águas Minerais de Minas, subsidiária da Copasa para exploração das águas minerais do Circuito das Águas” (GUIMARÃES, 2009, p. 163).

No dia 14 de maio de 2015, a Copasa anunciou o fim do contrato com a Codemig. No entanto, no dia 1º de junho de 2015, as duas empresas fecharam um contrato tampão para a continuidade do envase até que outra empresa assumisse a exploração das águas (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2015). Conforme já colocado, a Águas Minerais de Minas (subsidiária da Copasa) tinha concessão para explorar as fontes de água mineral de Cambuquira desde 2007. Diante disso, foi realizada uma audiência em 09/06/2015 pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) com o intuito de que as estatais que geriam a água no município informassem a situação atual da mesma. Entretanto, nenhum representante da Copasa ou Codemig participou da audiência e a ausência de representantes destas instituições motivou a apresentação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) para que elas encaminhassem à comissão informações sobre as circunstâncias do fim do contrato. Autor do requerimento que motivou a audiência, o deputado Dalmo Ribeiro Silva questionou o porquê da Codemig ter realizado um contrato tampão com a Copasa pelo prazo de um ano, considerando que o fim do contrato de concessão entre as empresas tinha sido anunciado poucos dias antes. Na busca de esclarecimentos sobre a questão, o parlamentar apresentou um requerimento para que as empresas enviassem à comissão as cópias dos contratos firmados para exploração das águas minerais, bem como os termos do fim do contrato e também do contrato tampão (JORNAL ARAXÁ, 2015). A Copasa justificou inviabilidade econômica na gestão das quatro estâncias hidrominerais e que acreditava ser uma alternativa viável a realização de licitação da exploração das águas como aconteceu em São Lourenço. Esse posicionamento é um dos motivos que preocupam a ONG Nova Cambuquira, pois a luta desta organização é justamente proteger a água mineral de ser explorada nos moldes que ocorreu no município de São Lourenço, isto é, por uma multinacional.

Atualmente o Parque das Águas em Cambuquira é gerido pela prefeitura do município, no entanto a Codemig é a detentora da concessão das fontes de águas minerais da marca

Cambuquira. Segundo dados da página oficial da estatal (CODEMIG, 2017), o Estado de Minas Gerais ocupa o segundo lugar no ranking nacional do total de água mineral produzida no Brasil, o que equivale a 10% em relação ao território brasileiro. Finalmente, há mais de 10 anos sem grandes movimentações, em 7 de fevereiro de 2017, a Codemig lançou a “consulta pública” sobre a licitação para o projeto de exploração de águas minerais” (Nº da Licitação: 01/07 Consulta Pública) em que disponibilizava a minuta do futuro edital para o “projeto de exploração de águas minerais”. Em resumo, a partir disso, os participantes da ONG Nova Cambuquira mobilizaram abaixo-assinado, manifestações e outras práticas de resistência ao edital – em articulação com outras organizações da sociedade civil do município de Caxambu (que também faz parte do edital a ser lançado). Destaca-se nesse processo articulações com vereadores e prefeitos locais. O Ministério Público entrou com Ação Civil Pública e o edital foi cancelado.

Esse é o contexto empírico deste trabalho, onde a gestão da água se torna um elemento essencial da sustentabilidade do município de Cambuquira, bem como da coordenação de conflitos e interesses em prol do direito à água mineral, enquanto bem comum, por um lado, e do seu envasamento - especificamente da possibilidade de ser uma grande empresa - por outro. Portanto, o *locus* de pesquisa revela inicialmente que a gestão das águas minerais envolve uma diversidade de lógicas (COSTA; GUARIDO FILHO; GONÇALVES, 2013), interesses, racionalidades e argumentos que se articulam em formas cooperativas e conflitivas nas esferas públicas (PERLATTO, 2015) locais, sendo que a análise de como isso se articula somente pode ser respondida por meio da pesquisa empírica, no caso deste trabalho, optou em analisar o caso na perspectiva da análise de discurso crítica. A partir de Fairclough (2005), Silva e Gonçalves apresentam algumas questões de pesquisa em organizações e gestão a partir da análise de discurso crítica e que pode se direcionar para as seguintes questões: “[...] como ocorre a emergência de novos discursos? Como eles são articulados com os elementos dos discursos existentes? [...] quais discursos se tornaram hegemônicos [...]? [...] Como ocorre a disseminação do(s) discurso(s) hegemônico(s) entre as escalas local, nacional e internacional? [...]” (SILVA; GONÇALVES, 2017, p. 17).

Diante do exposto, este trabalho objetiva identificar as esferas públicas que se formaram em torno da água mineral, em Cambuquira, no período de 1986 a 2017, por meio da intersubjetividade entre atores sociais que representam os interesses e ações gerenciais do Estado, da sociedade civil e do mercado. Além deste capítulo introdutório, na próxima seção serão discutidos os conceitos de esfera pública e esferas públicas em Habermas apresentando os momentos da categoria esfera pública, bem como apreciações críticas e reconstrutivas da esfera pública em seus momentos – além dos avanços recentes das discussões sobre o tema. Em seguida será feita discussão dos resultados encontrados a partir da discussão teórica sobre formação de esfera pública na perspectiva da ADC e do trabalho de Teixeira Cruz (2017). Por fim, nas considerações finais os principais resultados serão sistematizados.

ESFERA PÚBLICA E ESFERAS PÚBLICAS EM HABERMAS

Nessa parte será apresentada discussão sobre os conceitos de esfera pública e Habermas passando, especialmente, pela concepção presente em “Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade” publicado inicialmente em 1992. Alcântara (2015), Garcia (2016) e Garcia et al. (2017), ao estudarem o conceito de esfera pública no âmbito da gestão social, mostram que a concepção de ‘Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade’ ainda é pouco explorada, pois as discussões giram em torno apenas da obra ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ e, dessa forma, o campo da gestão social concebe a esfera pública como única, e não como plural, múltipla, com diferentes níveis de ‘forças’ e marcada também por conflitos e disputas como Habermas a concebe em 1992.

Passados mais de cinquenta anos do lançamento da obra ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ e, apesar das limitações e críticas, o texto de Jürgen Habermas ainda é palco de debates (HANSEN et al., 2012; LUBENOW, 2012) e tudo leva a indicar que a ideia de esfera pública e os textos de Habermas ainda serão bastante utilizados (GARCIA, 2016; GARCIA et al., 2016). Segundo Hansen et al. (2012, p. 103), o trabalho de Habermas “permanece como um texto intrigante e provocador, desafiando-nos na interpretação”, pois “o significado da esfera pública ainda se mostra como enigma a ser deslindado pelo nosso tempo”.

Alvo de críticas (FRASER, 1990, 1992; AVRITZER; COSTA, 2004; SUSEN, 2011; PERLATTO, 2015), o conceito de esfera pública foi revisto pelo próprio Habermas ao longo de suas obras. Segundo Lubenow (2012), Habermas discorre sobre o conceito de esfera pública em três principais obras – não significa que nas demais o conceito não aparece, mas está presente como coadjuvante: ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ (1962), ‘Teoria da Ação Comunicativa’ (1981) e ‘Direito e Democracia’ (1992). Acrescenta-se a estes o prefácio da nova edição de ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ (1990), onde o autor dialoga e sintetiza com várias críticas que suas obras anteriores haviam recebido e o artigo ‘Comunicação política na sociedade midiática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica’ (HABERMAS, 2008).

De acordo com Dutra e Couto (2012, p. 179), a obra ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ (1962) “está amplamente influenciada pela metodologia analítico-histórica”, isto é, “marcada pelo resgate histórico das diferentes transformações político-econômicas ocorridas ao longo da história ocidental”. Habermas mostra que naquelas condições surgiu uma esfera politizada: “[...] uma consciência política que articula, contra a monarquia absoluta, a concepção e a exigência de leis genéricas e abstratas e que, por fim, aprende a se auto afirmar, ou seja, afirmar a opinião pública como única fonte legítima das leis” (HABERMAS, 2003, p. 71). Afinal, segundo ele, as mudanças proporcionaram que as pessoas buscassem modos de legitimar o poder para além da tradição – a legitimidade deveria passar agora pelos argumentos, pela razão. Nesse sentido, Marques coloca que “inicialmente, o conceito de esfera pública aparece ligado à ascensão da burguesia e aos espaços nos quais os integrantes dessa classe se reuniam publicamente para argumentar e expressar razões e juízos acerca de questões e problemas relativos à coletividade” (MARQUES, 2008, p. 24). Esses espaços eram os cafés, bares e salões, onde inicialmente os burgueses discutiam questões relacionadas a arte e literatura – esfera pública literária (LUBENOW, 2007, 2012) – e depois, com o advento do capitalismo e fortalecimento da classe burguesa, passaram a discutir questões econômicas e políticas, desafiando a estrutura autoritária até então estabelecida.

A questão da publicidade também é central em ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ (LAVALLE, 2002; MARQUES, 2008; DUTRA; COUTO, 2012). Segundo Dutra e Couto (2008), a intenção primordial de Habermas na obra de 1962 era explicar como a noção de publicidade foi se articulando nas sociedades ocidentais e como ela tinha um papel crítico de publicização das decisões políticas e que passou a formar uma opinião pública crítica. A publicidade em Habermas (2003) se estabelece primeiro com o sentido de dar visibilidade, tornar público. Esse primeiro sentido, está relacionado com a publicidade das questões públicas, antes guardadas e administradas exclusivamente pelo governo. Em um segundo sentido ela se estabelece como um “princípio regulado do processo de justificação pública e recíproca dessas razões e perspectivas passíveis de serem consideradas e compreendidas por todos” (MARQUES, 2008, p. 24). Dessa forma, “a esfera pública burguesa constitui-se, portanto, a partir do diálogo e do confronto argumentativo regulados pela publicidade conferida às razões oferecidas por seus participantes” (MARQUES, 2008, p. 24). Esta publicidade “não se constrói junto dos organismos estatais” (DUTRA; COUTO, 2012, p. 180), mas nos debates cotidianos, por meio do uso público da razão.

Devido a isso, inicialmente a esfera pública observada por Habermas tem a função “[...] de mediação da sociedade burguesa com o poder estatal” (LUBENOW, 2012, p. 195). O conceito e os pressupostos da esfera pública habermasiana foram bastante criticados (PERLATTO, 2012; AVRITZER; COSTA, 2004; FRASER, 1990, 1992). O próprio Habermas (2003) observou que no século XXI o seu conceito de esfera pública não condizia com a realidade, isto é, as configurações institucionais, sociais, econômicas e políticas observadas neste século impediriam o funcionamento da esfera pública. De acordo com o autor, três fatores contribuíram para a despolitização da esfera pública: a ampliação do público da esfera pública; a refuncionalização (mercantilização) da imprensa; e a interpenetração entre público e privado (LUBENOW, 2012, 2013; OTTMAN, 2004; MARQUES, 2008). A obra ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ finda, portanto, com esse diagnóstico negativo de despolitização da esfera pública e sem que Habermas consiga perceber condições para sua repolitização. A tentativa de repolitizar a esfera pública ocorre em ‘Teoria do Agir comunicativo’ (1981). Já sob influência da “virada linguística”, Habermas apresenta o conceito de racionalidade comunicativa (VOIROL, 2008) – alternativa a racionalidade instrumental – e a ideia do social formado por mundo-da-vida e sistema – este último formado por sistema econômico (mercado) e sistema administrativo (Estado) (TENÓRIO, 2005). Assim, o que diferencia sistema e mundo-da-vida é a forma de coordenação das ações.

A relação entre mundo-da-vida e sistema não é harmônica, assim, a racionalidade estratégica do sistema busca colonizar o mundo-da-vida (HABERMAS, 2012b), isto é, uma tentativa de destruir os mecanismos comunicativos do mundo-da-vida substituindo pela lógica sistêmica. Ao fazer isso, surgem patologias que causam a fragmentação do mundo-da-vida (LUBENOW, 2004). Nesse contexto, a esfera pública passa a ter uma função mais defensiva (ela deve proteger o mundo-da-vida desse processo). Se antes era função da esfera pública enfrentar a autoridade estabelecida, agora ela tem a função de defender a autonomia do mundo-da-vida diante da tentativa de colonização pelo sistema (LUBENOW, 2004, 2012, 2013; LAVALLE, 1997). Assim, Habermas (2012b) argumenta que o mundo-da-vida pode apenas sitiar o sistema, sem grandes chances de colocar suas demandas ou de instaurar a racionalidade comunicativa naquele (LUBENOW, 2012). A esfera pública possui função de proteger o mundo da vida (assegurar sua autonomia) dos imperativos sistêmicos – nesse momento Habermas (2012b) percebe que o sistema coloniza o mundo da vida em diversos âmbitos sociais como educação, decisões políticas, relações familiares, entre outros.

Portanto, o diagnóstico da esfera pública em ‘Teoria do Agir Comunicativo’ (HABERMAS, 1981) continua sendo de uma esfera pública sem grandes pretensões de conquista (LUBENOW, 2012), despolitizada e podendo apenas sitiar o sistema. O avanço de Habermas (2012b) nesta obra foi a concepção dual de sociedade e a não negação das possibilidades de emancipação a partir da razão. Diante desta não negação, Habermas desenvolveu o conceito de racionalidade comunicativa, que vem permeando discussões em vários campos de conhecimento, inclusive no campo da Administração (TENÓRIO, 1990). Habermas também narra, posteriormente, que a ideia de sitiamento teria sido pessimista em não considerar as possibilidades de influência da esfera pública no sistema, isto é, da reversão dos fluxos na direção do sistema. No início da década de 1990 aparece então uma nova concepção – simbolizada agora pela ideia de eclusas. Dessa forma, diante de outro diagnóstico negativo (a colonização do mundo-da-vida), em ‘Direito e Democracia’, Habermas (1992) começa uma nova tentativa de repolitizar e conferir maior vigor ao conceito de esfera pública. Para isso o autor utilizou o modelo circulação do poder político de Bernhard Peters e a noção de eclusas.

Se em ‘Teoria do Agir Comunicativo’ o autor utilizou a discussão sobre razão e o conceito de racionalidade comunicativa, em ‘Direito e Democracia’ o novo elemento utilizado por Habermas foi a redescoberta da sociedade civil na formação de uma esfera pública ativa (COSTA, 1994, 1997; LUBENOW, 2007). Essa redescoberta está relacionada com “uma nova

dinâmica política, com um avanço da sociedade civil sobre o Estado, o crescimento das organizações da sociedade civil indica o fortalecimento de uma esfera pública relativamente autônoma em relação ao Estado” (LUBENOW, 2012, p. 202). Costa (2013) argumenta ainda que a expansão da cultura democrática e participativa contribuiu, junto a outros fatores, para essa redescoberta. Foi na década de 1990 também que as discussões sobre sociedade civil e democracia a partir de Habermas também se tornaram fortes no Brasil (AVRITZER, 1993; 1994; COSTA, 1997).

Dessa forma, os novos movimentos sociais, as novas experiências de participação popular e o consequente avanço da sociedade civil pareceram revigorar o conceito habermasiano de esfera pública, o que o levou a revisitá-lo. Ademais, Habermas define a sociedade civil composta por movimentos, organizações e associações que captam ecos de problemas sociais.

Aliado a esta redescoberta da sociedade civil, Habermas mantém sua concepção de sociedade composta por sistema e mundo-da-vida, e o conceito de racionalidade comunicativa. Além disso, para compreender o papel da esfera pública em ‘Direito e Democracia’ é preciso apresentar o “modelo de duas vias para a circulação do poder político” (MARQUES, 2008, p. 25). Com a distinção entre ‘centro’, esfera pública e periferia do sistema político, a proposta de Habermas é mostrar como esses elementos se articulam (MARQUES, 2008). Nesse sentido, o modelo de circulação do poder político ressalta que a periferia, “por possuir uma maior sensibilidade para a percepção e identificação de problemas, mobilizaria a esfera pública política que, de outro lado, se encarrega de decidir quais [...] possíveis soluções encaminhadas pelo debate entre os cidadãos podem ser legitimadas” (MARQUES, 2008, p. 26). Nesse mesmo sentido, Lubenow (2012, p. 204) argumenta que a esfera pública é “sensível, permeável, capaz de introduzir no sistema político os conflitos existentes na periferia”.

Portanto, tendo como base o avanço da sociedade civil e o modelo de circulação do poder político, Habermas abandona a ideia de sitiamento e o caráter defensivo da esfera pública apresentada em ‘Teoria do Agir Comunicativo’ e confere a esfera pública uma perspectiva mais ofensiva, adotando o modelo de eclusas. Segundo Lubenow (2012, p. 204), nessa contrapartida ofensiva, “os processos de comunicação e decisão do sistema político são estruturados através de um sistema de eclusas, no qual os processos de comunicação e decisão já estão ancorados no mundo da vida” por meio de aberturas estruturais, que são as eclusas. Nesse contexto, Habermas destaca que “o estado é influenciado, de modo indireto (legitimação) pela esfera pública” (SILVA, 2001, p. 127). Assim, Habermas (1997b) observa a esfera pública como parte de um sistema político deliberativo, procedimental. Neste sistema procedimental, as decisões do sistema político estão ancoradas em um processo “que se inicia pela formação da opinião e da vontade nas esferas públicas informais, acaba desaguando, pelo caminho procedimental, nas instâncias formais de deliberação e decisão” (LUBENOW, 2012, p. 204). Por isso, Andrews (2011, p. 133) interpreta que “o argumento central de Habermas é que o modelo de democracia deliberativa deve permitir um fluxo de questões da esfera pública até o núcleo central da administração pública e do sistema”.

Enaltecendo o caráter mais ofensivo desta esfera pública, Habermas (2003, p. 91) considera que “[...] a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-las e a identificá-las, devendo, além disso, dramatizá-las de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar”. Nisso ela é definida como “[...] uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posições e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997b, p. 93).

Assim, temos em Habermas (1997b) um modelo de esfera pública deliberativa que “não se restringe a um espaço de choque entre preferências pré-estabelecidas. Sua função é mais

estrutural e envolve a própria formação de valores, preferências e atores sociais” (MENDONÇA, 2013, p. 59). Ainda, a comunicação e o diálogo, inerentes a racionalidade comunicativa, “podem ocorrer de forma dispersa no tempo e no espaço” (MENDONÇA, 2013, p. 59), isto é, em múltiplas arenas deliberativas (MARQUES, 2008). Em relação a essas arenas, Habermas “não só reconhece a existência de outras esferas como admite que suas existências garantem um acesso mais amplo à esfera pública” (LOSEKAN, 2009, p. 50).

Dessa forma, a esfera pública é categoria central para a democracia deliberativa. Nas palavras de Lubenow (2010a, p. 236), esfera pública “é a categoria normativa chave do processo político deliberativo habermasiano”. Nesse contexto, sua função é mediar a relação entre sistema e mundo-da-vida e “[...] filtrar e sintetizar temas, argumentos e contribuições, e transportá-los para o nível dos processos institucionalizados de resolução e decisão, de introduzir no sistema político os conflitos existentes na sociedade civil” (LUBENOW, 2010a, p. 236). Portanto, nessa obra Habermas (1997a; 1997b) mostra o nexos entre esfera pública, vida cotidiana e sistema político – que perpassa pela tensão entre facticidade e validade; direito e democracia.

No que tange aos aspectos discursivos-comunicativos e relacionais da nova concepção de esfera pública, Habermas (1997) reconheceu que é preferível tratar de esferas policêntricas ou plurais (CHANIAL, 1992 apud LAVILLE, 2016). Sobre a pluralidade de esferas públicas (parciais e geral), em um momento, Habermas (1997b) destaca três tipos de esferas públicas parciais: a esfera pública episódica, a esfera pública da presença organizada e a esfera pública abstrata que se diferenciam “de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance” (HABERMAS, 1997b, p. 107). Portanto,

Mais um aspecto criticado e revisado posteriormente por Habermas é com relação a ser preferível uma única esfera pública ao invés de múltiplas esferas. O autor não só reconhece a existência de outras esferas como admite que suas existências garantem um acesso mais amplo à esfera pública. Ele sugere a ideia de uma rede para articular o conceito. Assim, a esfera pública seria justamente a totalidade desta rede formada por inúmeras instâncias de públicos transversais, sobrepostos e em vários níveis diferentes, contudo, sempre ligados por algum ponto, seja de conteúdo, vínculos sociais, etc. Dentre seus exemplos estão: esferas públicas literárias, eclesíásticas, artísticas, feministas e até, esferas públicas “alternativas” da política de saúde, da ciência, entre outras (HABERMAS, 2003b, p. 106) (LOSEKANN, 2009, p. 50).

Isso é o que entende-se aqui como esferas públicas temáticas e no caso avalia-se as formadas em torno da água mineral do município de Cambuquira. Dessa forma, conforme Garcia et al. (2017) as concepções mais atuais de esfera pública abrangem diversos temas e uma pluralidade de públicos e dimensões conflitivas que nem sempre se condensam na direção de um consenso como em casos de fortes antagonismos – já que ela é também arena de significações contestadas (LAVILLE, 2016).

ESFERA PÚBLICA EM TORNO DAS ÁGUAS MINERAIS DE CAMBUQUIRA A PARTIR DA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA ADC

Partindo da premissa de que os sentidos e os discursos na perspectiva da análise de discurso crítica configuram-se como ações construídas historicamente (FAIRCLOUGH, 2001), os resultados apresentados nesta seção foram construídos a partir do levantamento histórico descrito no trabalho de Teixeira Cruz (2017). A partir disso, será apresentada a relação dos discursos com a formação das esferas públicas a partir do debate teórico e da perspectiva teórico-metodológica da ADC. No estudo realizado por Teixeira Cruz (2017) foi apresentado o levantamento histórico da formação do município de Cambuquira, a identificação do simbolismo, significados e ideologias em torno da água mineral - importantes aspectos para as

análises empreendidas. Vale ratificar que a ADC contempla a crítica social e o momento sócio-histórico contemporâneo e não apenas a análise linguística.

Ainda no estudo de Teixeira Cruz (2017), foram apresentadas as formas simbólicas construídas em torno da água mineral na criação e desenvolvimento do município de Cambuquira. Dessa forma, foram apresentados os gêneros discursivos que legitimaram e validaram, em uma perspectiva histórica (com delimitação de 30 anos), os diversos significados construídos em torno da água mineral em Cambuquira. Partindo da premissa que, na perspectiva da ADC faircloughiana, a linguagem é estudada como prática social que pode legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente é fundamental contextualizar os discursos analisados (WODAK, 2003). Para realizar a análise dos discursos e levando em consideração o objetivo deste trabalho, nesta seção estão sistematizados os resultados dos discursos que remeteram a questão da gestão social da água mineral no período de 1986 a 2017.

Na Figura 1 foram sistematizados os principais discursos, atores e interesses mobilizados na esfera pública em torno da água mineral no município de Cambuquira no período de 1986 a 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Figura 1, evidenciou-se que a água mineral na perspectiva do interesse público estatal atende o interesse privado, pois se a água mineral, pelas diretrizes do DNPM e da CODEMIG é reconhecida como minério, automaticamente, a água mineral pode ser comercializada como mercadoria, *commodity* (interesse privado). Em contrapartida, o interesse público não estatal representado pelo Ministério Público defende e respalda a sociedade civil organizada (interesse público não estatal), o que vai ao encontro da perspectiva de ação da gestão social na construção do bem comum. Do ponto de vista da gestão social, para compreensão dos discursos, foi essencial mapear os atores sociais e qual interesse esses gestores sociais estavam representando. Isto porque, a gestão social “segue no sentido da possibilidade da construção da sociedade pelos seus membros e a realidade é forjada na interação entre os atores, pois eles são capazes de interpretar esta realidade e agir sobre ela” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 134). Dessa forma, os discursos analisados refletem a significação, o agir e a interpretação da realidade pelos (re)produtores dos discursos.

Misoczky (2005), a partir das formulações de Pierre Bourdieu (1996) e de Carlos Matus (1996), explica que a ADC é utilizada como instrumento que apoia a análise de interações entre atores sociais situados em campos de poder. Nessa perspectiva, no Quadro 1 sistematizou-se os atores identificados (individuais e coletivos), os principais argumentos/justificações em relação a água mineral de Cambuquira e em qual gênero discursivo foi identificado esse discurso. Segundo Misoczky (2005), os gêneros são as maneiras do agir e interagir, de forma escrita ou falada, com outras pessoas. Ainda segundo a autora, na perspectiva da ADC, os gêneros apresentam-se como um modo socialmente reconhecível de produzir, reproduzir ou contradizer relações sociais.

Quadro 1 - Discursos, atores e gêneros.

Discursos	Atores	Gênero
“Águas que curam”; “Água mineral com propriedade medicinal”;	Encontro – O Jornal de Cambuquira	Editorial; Reportagem; Entrevista; Carta.
Água como “preciosos auxiliares da terapêutica, são maravilhosas por pureza, e sabor [...] verdadeiras dádivas divinas.”	Manoel Dias dos Santos Brandão	Relatório Técnico; Carta.
“Brilhante, bolhas finas e elegantes, aroma levemente mentolado, bastante fresca”	Júri de degustação da Revista VIP Exame	Reportagem.
“As águas minerais são tradição da Crenoterapia” “Água mineral é saúde” “Royalties da água mineral” “Riquezas sem fim para os que exploram a água” “Principal fonte de renda” “Água como produto turístico”	Sociedade civil não organizada - Cambuquirenses.	Carta; Reportagem; Entrevista.
“Patrimônio da cidade” “Água como bem comum, direito de todos” “Nossas ricas águas minerais” “Dependemos do turismo atraído pelas águas minerais”	ONG Nova Cambuquira; FOCAS.	Carta; Atas; Panfletos; Vídeos;
“Água terapêutica”	Jornal ‘O Fontanário’	Reportagens; Entrevistas.
“Riqueza única no mundo”	Representante do Poder Legislativo de Minas Gerais.	Carta; Ofícios; Atas.
Água como bem comum e bem difuso.	Promotores do Ministério Público.	Ação Judicial; Reportagem.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Vale ressaltar alguns gestores sociais que foram destaque na reconstrução histórica do trabalho de Teixeira Cruz (2017), por mobilizarem discursos em torno da água mineral em Cambuquira: Manoel Dias dos Santos Brandão: atuou como médico crenoterapeuta e prefeito de Cambuquira; Uma das fundadoras da ONG Nova Cambuquira - é sobrinha do médico crenoterapeuta Manoel Dias dos Santos Brandão; Presidente da ONG Nova Cambuquira no período de 2012 a 2016; Outros membros da ONG Nova Cambuquira; Jornalista e redator do jornal ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’; Ativista do grupo Cidadania e Movimento pelas Águas; e Promotores do Ministério Público.

A partir de 2001, um dos atores coletivos que mais ficaram em evidência nas discussões foi a ONG Nova Cambuquira. No ano de 2005, foi conferido a ONG Nova Cambuquira o título de ‘Utilidade Pública Municipal e Estadual’, alavancando mais ainda seu trabalho no município de Cambuquira. Atualmente, a ONG atua com a diretoria executiva completa e possui mais de 20 membros que atuam em diferentes áreas de formação profissional. Foi observado que, desde a fundação da ONG Nova Cambuquira, muitos assuntos discutidos e registrados nas Atas

e redes sociais oficiais da ONG foram publicados no ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ e vice-versa. Isso demonstra que este jornal é um veículo de comunicação entre a ONG e a sociedade de Cambuquira. Além disso, os assuntos relacionados a gestão da água mineral foram publicados na primeira página do jornal em todas as edições utilizadas para análise. Dessa forma, ainda que o ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ seja a tecnologia comunicacional mais utilizada pela ONG durante o período de análise, percebeu-se que este não abrange toda a sociedade local.

Em contrapartida, retomando a frase do editorial de lançamento do ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’: “Este jornal é seu. Colabore...” (ENCONTRO – O JORNAL DE CAMBUQUIRA, ANO I, nº. 0, 20/10/1985), ao longo dos 30 anos de análise percebeu-se que o jornal, ao reproduzir cartas, reportagens, comunicados, entrevistas, entre outros gêneros, ratificou o seu propósito de existência: que todos colaborassem com as informações publicadas no jornal. Após esta afirmação e indo ao encontro com a base teórica deste trabalho, compreendeu-se que a proposta do jornal se aproximou do elemento fundamental da noção de esfera pública habermasiana no sentido de que “[...] A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões”. (HABERMAS, 2003, p. 92). Nessa perspectiva, a “imprensa se torna instrumento clássico da formação da opinião pública. O jornal torna a esfera pública politicamente ativa devido ao debate proporcionado pelos conteúdos tornados públicos” (NASCIMENTO, 2016, p.11).

Pode-se observar pelos discursos sistematizados sobre o tema da água mineral em Cambuquira que se formou um movimento em torno deste tema que caracteriza, conceitualmente, uma esfera pública temática. Os valores-fatos atribuídos à água mineral foram reproduzidos de geração para geração na sociedade local por meio do jornal ‘Encontro - O Jornal de Cambuquira’ e da ONG Nova Cambuquira, fundamentados em diferentes argumentos e relações emocionais e tradicionais com a água, de forma dialógica, em um contexto de formação da opinião pública, que alcançou um entendimento sobre diferentes representações da água mineral como saúde, bem comum, produto turístico, bem cultural, dentre outras.

Para ilustrar e sistematizar a ideia da formação da esfera pública, a Figura 2 representa uma analogia entre o ciclo natural da água e a perspectiva das esferas que se formaram em torno da água mineral do município de Cambuquira. A formação da esfera pública, no ciclo da água, é como a formação das nuvens (condensação). À medida que o vento sopra para uma área temática vão agregando mais nuvens, mudando o clima, podendo se condensar e se precipitar na forma de chuva. A chuva representa a pressão das opiniões públicas, enquanto ação comunicativa, que interferem nas decisões do sistema. É nesse sentido que se pode observar ao longo da história da esfera pública da água mineral em Cambuquira em vários momentos, especialmente, ao barrar os processos de privatização da água acionados pelo “sistema”. Conforme movimentos em torno dos editais de 2001, 2006 e 2017.

Figura 2 - Analogia entre ciclo da água e formação das esferas públicas.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Numa perspectiva habermasiana, as nuvens representam o mundo-da-vida, em que predomina a razão comunicativa. Nesta análise, percebe-se que, em Cambuquira, o mundo da vida é constituído por discursos e diálogos que enfatizam a cultura do município em torno das fontes de água mineral, argumentos que exaltam a água mineral como “maior riqueza do município”, “chamariz para um turismo sustentável”, “patrimônio hídrico do município”, “dádiva divina”, “fonte de saúde e longevidade”, “bem comum”, entre outros, que são as opiniões públicas que circulam entre as esferas e que vão interferir no sistema, representado pela burocracia e pelo dinheiro, pelos órgãos de governo, pela prefeitura, governo estadual e federal, e pelas corporações mercantis. No sistema, onde predomina a razão instrumental, está a legislação da água mineral ser explorada como minério, os editais cujo foco são as grandes empresas, enfim, os discursos em que a água mineral é reconhecida por alguns como mercadoria. Após a formação de muitas nuvens simbolizando as diferentes esferas que se formaram, os pingos da chuva - que são os discursos que circulam - interferem no sistema, barrando os editais e articulando ações para que a água mineral não seja legalmente tratada como minério. Diante dessa dualidade, o Ministério Público, nesta análise, representando o interesse público não estatal, apareceu como um verdadeiro gestor social, principalmente nos momentos em que as justificações e argumentos entraram em disputa: no edital de 2001 e depois nos editais de 2006 e 2017, existiram duas posições centrais e antagônicas, de um lado o interesse público estatal e privado e do outro o interesse público não estatal.

Além do exemplo do edital, é válido destacar um outro processo de institucionalização em que discussões do mundo da vida impactou e modificou o sistema: Selo de Comunidade Azul. O selo foi um processo de institucionalização, ou seja, de um reconhecimento público internacional, em que as discussões em diferentes esferas culminou na formação de uma esfera pública em torno da água mineral como bem comum e que, entre outros argumentos, deveria ser resguardada com o Selo de Comunidade Azul. Este é um processo de constituição da esfera pública e a sua capacidade de influenciar e transformar o próprio “sistema”, em forma de normas e leis.

Como vimos em decorrência da diversidade de elementos das esferas públicas – falas, cenas, notícias, textos, etc. (HABERMAS, 2008) – as esferas públicas, por serem ‘enraizadas’, são formadas por diferentes gêneros. Percebe-se com isso, na Figura 2, a presença tanto de gêneros primários quanto secundários nas esferas públicas que se formaram em torno da gestão da água mineral.

Como pode ser observado na Figura 2, a partir das justificações/argumentos não se formou uma única esfera tendo apenas um único argumento como legítimo. Os diversos argumentos - a partir de cada interesse mostram a pluralidade de elementos relacionados a água mineral em Cambuquira, Minas Gerais. Dessa forma, o Quadro 2 ilustra os diferentes interesses, com os respectivos atores desses interesses, seus argumentos e a fonte institucional de legitimidade a partir dos discursos analisados.

Quadro 2 - Interesses, atores, argumentos e elemento de legitimidade.

Interesse	Atores Identificados	Argumentos	Elemento de legitimidade
Mercado (Empresas) Interesse Privado	ABREHIC; Empresa Lambari-Cambuquira-Caxambu; Construtora Wantec; Superágua; Nestlé; Coca-Cola; Arcon Serviços.	Água como commodity; Água com produto turístico; Água como mercadoria.	Lucro; Desenvolvimento; Código de Mineração;

Poder Público (Estado) Interesse público estatal	Hidrominas; Comig; Codeáguas; Codemig.	Água como minério (diretrizes do DNPM e da CODEMIG).	Código de Mineração; Legislação.
Sociedade civil Interesse público não estatal	ONG Nova Cambuquira; FOCAS.	Água como bem comum. Água como saúde. Água como turismo. Água como bem cultural.	Cultura local; Tradições; Mundo da vida.
Interesse Público não estatal	Ministério Público.	Água como bem difuso.	Constituição Federal.

Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como na ação comunicativa proposta por Habermas, os discursos na formação da esfera pública são legítimos e correspondem a uma verdade que pode ser modificada. Os discursos da sociedade civil de Cambuquira foram construídos a partir da formação do município, produzidos ao longo do seu desenvolvimento e reproduzidos ao longo do período de análise. Assim como o ciclo da água, o ciclo da formação das esferas públicas permanece dinâmico. Na perspectiva da ADC, esses discursos representam momentos na produção e reprodução material da vida social, ou seja, pertencem a uma prática de mudança e resistência de modo dialético (MISOCZKY, 2005).

A ONG Nova Cambuquira, expõe em seus argumentos que a formação e desenvolvimento do município de Cambuquira ocorreu a partir das fontes de água mineral, que os ‘anos gloriosos’ do desenvolvimento do município estão relacionados ao turismo não exploratório, contrapõe e responde os argumentos do interesse estatal, não estatal e privados por meio de relatórios técnicos e decisões judiciais. Dessa forma, a ONG Nova Cambuquira mobilizou, nas esferas públicas, os discursos da água mineral como: chamariz para um turismo sustentável, patrimônio hídrico do município, dádiva divina, patrimônio da cidade, fonte de saúde e longevidade e, principalmente, bem comum. No que tange a concepção da gestão social a estrutura argumentativa da sociedade civil organizada, representada pela ONG Nova Cambuquira foi o autor central para mobilizar a sociedade a favor do entendimento da água mineral como um bem comum.

O discurso da água mineral como saúde, que remete a prática da crenoterapia é muito forte no município e se apresenta em termos das considerações feitas por Fairclough (2003) como discurso contra-hegemônico, já que, no campo da saúde, o discurso/prática hegemônico é o da medição de fármacos – mesmo que visões alternativas ganhem novamente força nas últimas décadas. Lembrando que a crenoterapia, institucionalmente, saiu do campo-saber da medicina na década de 1950.

Em geral, observa-se que os discursos são, nos termos de Bakhtin (1997), dialógicos entre si de forma mais cooperativa como nos casos de saúde, bem comum e patrimônio natural. E, que em diversos eventos como os editais de 2001, 2006 e 2017 se opuseram de forma conflitiva ao discurso/prática da água mineral como minério/mercadoria. Observa-se também um outro discurso que permeia a cidade e a própria significação da água mineral: o discurso do ‘passado melhor’: as atividades que aconteciam no município em relação a água mineral e outros atrativos turísticos eram ‘melhores’ no passado, estão decadentes no presente e ‘podem’ piorar no futuro. Bakhtin (1997; 2003) nos lembra que a memória discursiva é construída e ela constrói também nossas relações presentes.

Na perspectiva de Fairclough, é importante ressaltar que as interpretações realizadas neste trabalho são fruto, também, da reflexividade da pesquisadora e, por isso, não é intenção provar precisão nas análises realizadas, e sim respaldar as análises usando diferentes fontes de pesquisa para ratificar os discursos dos atores em seu contexto. Sobre isso, Resende e Ramalho

(2004) argumentam que é essencial considerar a subjetividade do analista no processo, pois a análise do texto não é objetiva, é seletiva e nunca estará completa, pois o conhecimento que cada um possui da realidade não pode reduzi-la. O campo dos estudos críticos do discurso reconhece que um estado atual de realidade não esgota o possível, pois no mundo contemporâneo há um engajamento crítico (MISOCZKY, 2005).

Acredita-se que uma importante contribuição deste trabalho foi atender a agenda de pesquisa de Paiva et al. (2016), Souza et al. (2016), Garcia (2016), Garcia et al. (2017), entre outros, por explorar um contexto empírico na perspectiva teórica da esfera pública habermasiana, além da abordagem teórico-metodológica da ADC. É importante ratificar que este artigo apresenta partes sistematizadas do trabalho de Teixeira Cruz (2017) e que, como limitação, pode apresentar questionamentos cujos desdobramentos encontram-se de forma mais detalhada no trabalho original.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, V. C. **Mundo-da-vida e sistema: o locus da gestão social sob a abordagem habermasiana**. 2015. 421 p. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.
- ANDREWS, C. W. **Emancipação e legitimidade: uma introdução à obra de Jürgen Habermas**. São Paulo: Ed. Unifesp, 2011.
- AVRITZER, L. **Modernity and Democracy in Brazil: an Interpretation of the Brazilian Path of Modernization**. Tese de Doutorado. New School for Social Research, Nova York, 1993.
- AVRITZER, L; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, 2004.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 476 p.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BRITTO, S. Edição Histórica do Encontro. **Encontro - O Jornal de Cambuquira**, Cambuquira, 1985, p. 1. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Municipal de Cambuquira.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 2. ed. Curitiba: CRV, 2015.
- CODEMIG. Disponível em: <www.codemig.com.br>. Acesso em: 04 de jun. de 2017.
- COSTA, M. C; GUARIDO FILHO, E. R; GONÇALVES, S. A. Lógicas institucionais e formação da governança de recursos hídricos: análise do caso brasileiro. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, 2013.
- COSTA, M. C; GUARIDO FILHO, E. R; GONÇALVES, S. A. Lógicas institucionais e formação da governança de recursos hídricos: análise do caso brasileiro. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, 2013.
- COSTA, S. Esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 38, p. 38-52, 1994.
- COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.12, n.35, p.112-24, 1997.
- DUTRA, D. J. V.; COUTO, D. R. T. Esfera Pública: contribuições para uma atualização do diagnóstico. **Problemata - Revista Internacional de Filosofia**, v. 3, n. 2, p. 177-199, 2012.
- FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.
- FAIRCLOUGH, N. 'Peripheral vision: discourse analysis in organization studies: the case for critical realism. **Organization Studies**, v. 26, p. 915–39, 2005.

- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis**. London: Longman, 1995.
- FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992, p. 109-142.
- GARCIA, A. S. **Esferas públicas como uma categoria fundante da gestão social**. 273p. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.
- GARCIA, A. S.; PEREIRA, J. R.; ALCANTARA, V. C.; TEIXEIRA CRUZ, E. S. Aprofundamento das esferas públicas para a gestão social: caminhos para uma reconstrução empírico-descritiva e normativa. **Cadernos EBAPE.BR**, 2017. No prelo.
- GARCIA, A. S.; TEIXEIRA CRUZ, E. S.; CARVALHO, J. S.; PEREIRA, J. R. Confiança, Valores e Atitudes em relação à democracia: Uma análise com estudantes universitários. **Espacios** (Caracas), v. 37, p. 1, 2016.
- GUIMARÃES, B. C. **Direitos coletivos ambientais e a exploração (in)sustentável das águas minerais**. Editora Mandamentos, Belo Horizonte, 231 p., 2009.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**, São Paulo: Martins Fontes, v. 2, 2012b.
- HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, Ano XI, n. 21, p. 9-21, 2008.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.
- HABERMAS, J. **O papel da sociedade civil e da esfera pública política**. In: DIREITO e democracia: entre a facticidade e a validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 1, 1997a.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2, 1997b.
- JORNAL ARAXÁ. Disponível em: <www.jornalaraxa.com.br>. Acesso em: 20 de jul. de 2016.
- JORNAL ESTADO DE MINAS. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/05/19/interna_politica,648942/copasa-sem-agua-mineral.shtml>. Acesso em: 20 de jul. de 2016.
- LAVALLE, A. G. **Jurgen Habermas e a virtualização da publicidade**. Margem, São Paulo, v. 16, p. 65-82, 2002.
- LAVILLE, J. L. Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 369-377, 2016.
- LUBENOW, J. A. O que há de político na Teoria da Ação Comunicativa? Sobre o déficit de institucionalização em Jürgen Habermas. **Revista Philótopos**, v. 18, p. 157-190, 2013.
- LUBENOW, J. A. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança estrutural da esfera pública. **Trans/Form/Ação**, v. 35, p. 189-220, 2012.
- LUBENOW, J. A. As críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à filosofia política de Jürgen Habermas. **Veritas**, v. 55, n. 1, p. 121-134, 2010a.
- LUBENOW, J. A. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 51, n. 121, p. 227-258, 2010b.
- LUBENOW, J. A. **A categoria de Esfera Pública em Jürgen Habermas**. 257 p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LUBENOW, J. A. A reorientação da categoria esfera pública na Teoria do Agir Comunicativo. **Ideação** (UEFS), Feira de Santana, v. 14, p. 37-59, 2004.

MARQUES, Â. C. S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Libero**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 23-38, 2008.

MENDONÇA, R. F. Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 19, p. 49-64, 2013.

MISOCZKY, M. C. Análise crítica do discurso: uma apresentação. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, 2005.

PAIVA, A. L.; ALCÂNTARA, V. C.; GARCIA, A. S.; TEIXEIRA CRUZ, E. S. Teorias da prática e gestão social: uma contribuição inicial em busca de perspectivas epistemometodológicas. In: XL Encontro da ANPAD, 2016. **Anais...** Costa do Sauípe: ANPAD, 2016.

PERLATTO, F. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia Política**, v. 23, n. 53, p. 121-145, 2015.

PERLATTO, F. Habermas, a esfera pública e o Brasil. **Revista Estudos Políticos**, n. 4, p. 78-94, 2012.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. C. V. S. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 5, n. 1, 2004.

SALES, C. S. **Água como bem público: A análise exploratória sob a luz da sociologia pragmática.** Monografia (Graduação em Administração Pública). Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2017.

SILVA, E. R. da; GONÇALVES, C. A. Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 1, 2017.

SILVA, F. C. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 35, p. 117-138, 2001.

SOUZA, J. J. F. de. **De Goethe a Habermas: auto formação e esfera pública.** Lua Nova, n. 43, 1998.

SOUZA, R. B.; ALCANTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; GARCIA, A. S.; TEIXEIRA CRUZ, E.S. Perspectiva Epistemo-Metodológica para o Estudo das Esferas Públicas no Brasil: Contribuições a partir dos Gêneros Discursivos. **Anais...** IX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD - EnEO, Belo Horizonte, 2016.

SUSEN, S. Critical notes on Habermas's theory of the public sphere. **Sociological Analysis**, v. 5, n. 1, p. 37-62, 2011.

TEIXEIRA CRUZ, E. S. **Gestão Social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais.** 2017. 186 p. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

TENÓRIO, F. G. (Re) Visitando o Conceito de Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

VOIROL, O. A esfera pública e as lutas por reconhecimento: de Habermas a Honneth. **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 11, p. 33-56, 2008.

WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso (ADC). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: R. Wodak & M. Meyer (orgs.). **Métodos de análisis crítico del discurso.** Barcelona: Gedisa, 2003.